



**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÕES/SERVIÇOS**

**1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO**

**1.1 Contratação de empresa para aquisição de computadores e notebooks para atender as necessidades da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos,** conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2	<b>Requisitante:</b>	Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, Gerência de Proteção Social Básica e Gerência de Proteção Social Especial
1.3	<b>Fundamentação legal:</b>	Licitação na modalidade Pregão Eletrônico, nos termos do art. 28, I Lei nº. 14.133/2021
1.4	<b>Período:</b>	<b>IMEDIATO</b>
1.5	<b>Tipo:</b>	Menor Preço Unitário por item nos termos do art. 33, I da Lei 14.133/2021

1.6 Aquisição de computadores e notebooks nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	U/C	QTDE
<b>COTA RESERVADA 10% (dez por cento)</b>				
<b>01</b>	<b>COMPUTADOR (DESKTOP - BÁSICO)</b>  COM PROCESSADOR NO MÍNIMO INTEL CORE I5 10400 OU AMD RYZEN 5 3400G <b>OU SUPERIOR</b> , QUE ATENDA A PONTUAÇÃO MÍNIMA DE 12.000 NO ÍNDICE PASSMARK. <b>PROCESSADOR EM LINHA DE PRODUÇÃO</b> , QUE DEVERÁ FICAR EM VIGOR POR PELO MENOS 90 (NOVENTA) DIAS APÓS A PUBLICAÇÃO DO EDITAL. <b>PROCESSADORES DESCONTINUADOS NÃO SERÃO ACEITO</b> ; POSSUIR 1 (UM) SSD DE 240 GIGABYTE; MEMÓRIA RAM DE NO MÍNIMO 16 (DEZESSEIS) GIGABYTES, EM 2 (DOIS) MÓDULOS IDÊNTICOS DE 08 (OITO) GIGABYTES CADA, DO TIPO SDRAM DDR4 - 2.133 MHZ OU SUPERIOR, OPERANDO EM MODALIDADE DUAL CHANNEL; A PLACA PRINCIPAL DEVE TER ARQUITETURA ATX, MICROATX, BTX OU MICROBTX; POSSUIR PELO MENOS 01 (UM) SLOT PCI-EXPRESS 2.0 X 16 OU SUPERIOR; POSSUIR SISTEMA DE DETECÇÃO DE INTRUSÃO DE CHASSIS, COM ACIONADOR INSTALADO NO GABINETE; O ADAPTADOR DE VÍDEO INTEGRADO DEVERÁ SER NO MÍNIMO DE 01 (UM) GIGABYTE DE MEMÓRIA, POSSUIR SUPORTE AO MICROSOFT DIRECTX 10.1 OU SUPERIOR, SUPORTAR MONITOR COM RESOLUÇÃO DE 1920 X 1080P A 60HZ OU SUPERIOR, POSSUIR NO MÍNIMO 02 (DUAS) SAÍDAS DE VÍDEO, SENDO PELO MENOS 01 (UMA) DIGITAL DO TIPO HDMI, DISPLAY PORT OU DVI; UNIDADE COMBINADA DE GRAVAÇÃO DE DISCO ÓTICO CD, DVD ROM; TECLADO USB , ABNT2, 107 TECLAS (COM FIO) E MOUSE USB, 800 DPI, 2 BOTÕES, SCROLL (COM FIO); FONTE COMPATÍVEL E QUE SUPORTE TODA A CONFIGURAÇÃO EXIGIDA NO ITEM COM		UN	06



	<p>CERTIFICAÇÃO MÍNIMA DE 80 PLUS GOLD; <b>MONITOR EM LED DE NO MÍNIMO 21" POLEGADAS (WIDESCREEEN 16:9) OU SUPERIOR</b>, RESOLUÇÃO 1600X900P, 60HZ <b>OU SUPERIOR</b>, COM AJUSTE DE ALTURA, INCLINAÇÃO E ROTAÇÃO (90°); INTERFACES DE REDE 10/100/1000 E WI-FI PADRÃO IEEE 802.11 B/G/N; SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS 11 PRO (64 BITS) ORIGINAL MICROSOFT COM CHAVE DE ATIVAÇÃO FIXADA NO GABINETE; GABINETE E PERIFÉRICOS DEVERÃO FUNCIONAR NA VERTICAL OU HORIZONTAL; <b>TODOS OS EQUIPAMENTOS OFERTADOS EM CONJUNTO (GABINETE, TECLADO, MOUSE E MONITOR) DEVERÃO SER DA MESMA MARCA, PARA FINS DE PADRONIZAÇÃO.</b> TODOS OS ITENS DEVEM POSSUIR GRADAÇÕES NEUTRAS DAS CORES PRETA E MANter O MESMO PADRÃO DE COR; <b>TODOS OS COMPONENTES DO PRODUTO DEVERÃO SER NOVOS, SEM USO, REFORMA OU RECONDICIONAMENTO; BIVOLT. GARANTIA MÍNIMA DE 36 MESES ON-SITE. A CONTAR DO RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS EQUIPAMENTOS E DE SEUS ACESSÓRIOS. DEVERÁ ESTAR EM LINHA DE PRODUÇÃO PELO FABRICANTE; KIT MOUSE PAD E APOIO ERGONÔMICO DE TECLADO INCLUSO.</b> A contratada deverá ter como premissa o fornecimento de equipamentos de excelente qualidade, observando sempre as técnicas, melhores práticas e recomendações dos modelos COBIT, ITIL PMBOK, Normas ABNT, ISO Séries 9000,20000 e 27000 e evoluções, transformações ou substituições.</p>			
03	<p style="text-align: center;"><b><u>NOTEBOOK</u></b></p> <p><b><u>- PROCESSADOR COM TECNOLOGIA DE FABRICAÇÃO DE NO MÁXIMO 14 NANÔMETROS E DEVERÁ SER DA ÚLTIMA GERAÇÃO DISPONIBILIZADA PELO FABRICANTE DO EQUIPAMENTO; DEVERÁ POSSUIR, NO MÍNIMO 4 NÚCLEOS E 4 THREADS; DEVERÁ POSSUIR, NO MÍNIMO, 6MB DE MEMÓRIA CACHE DEVERÁ ATINGIR ÍNDICE DE, NO MÍNIMO, 9400 (NOVE MIL E QUATROCENTOS) PONTOS PARA O DESEMPENHO, TENDO COMO REFERÊNCIA A BASE DE DADOS PASSMARK CPU MARK DISPONÍVEL NO SITE <a href="http://www.cpubenchmark.net/cpu_list.php">HTTP://WWW.CPUBENCHMARK.NET/CPU_LIST.PHP</a>. MEMÓRIA RAM, COM AS SEGUINTEs CARACTERÍSTICAS: TIPO DDR4 COM SUPORTE AO BARRAMENTO DE, NO MÍNIMO, 2400 MHZ; POSSUIR NO MÍNIMO 16 (DEZESSEIS) GB DE MEMÓRIA RAM, OPERANDO NO MÍNIMO A 2400 MHZ; O EQUIPAMENTO DEVE POSSUIR 2 (DOIS) SLOTS SODIMM E SUPORTAR EXPANSÃO MÍNIMA DE 32GB. CIRCUITOS INTEGRADOS (CHIPSET) E PLACA MÃE, COM AS SEGUINTEs CARACTERÍSTICAS: PLACA MÃE DA MESMA MARCA DO FABRICANTE DO EQUIPAMENTO E DESENVOLVIDA ESPECIFICAMENTE PARA O MODELO OFERTADO. NÃO SENDO ACEITO PLACAS DE LIVRE COMERCIALIZAÇÃO NO MERCADO; O CHIPSET DEVE SER DA MESMA MARCA/FABRICANTE DO PROCESSADOR DO EQUIPAMENTO; CHIP DE SEGURANÇA TPM VERSÃO 2.0 INTEGRADO PARA CRIPTOGRAFIA ACOMPANHADO DE SOFTWARE PARA CRIPTOGRAFIA DE DADOS, PASTAS OU ARQUIVOS ESPECÍFICOS UTILIZANDO CHIP TPM COM GERENCIAMENTO CENTRALIZADO E REMOTO. BIOS E SEGURANÇA, COM AS SEGUINTEs CARACTERÍSTICAS: PLACA MÃE DA MESMA MARCA DO FABRICANTE DO EQUIPAMENTO E DESENVOLVIDA ESPECIFICAMENTE PARA O MODELO OFERTADO. NÃO SENDO ACEITO PLACAS DE LIVRE COMERCIALIZAÇÃO NO MERCADO; O CHIPSET DEVE SER DA MESMA MARCA/FABRICANTE DO PROCESSADOR DO</u></b></p>		UN	01



<p><b><u>EQUIPAMENTO; CHIP DE SEGURANÇA TPM VERSÃO 2.0 INTEGRADO PARA CRIPTOGRAFIA ACOMPANHADO DE SOFTWARE PARA CRIPTOGRAFIA DE DADOS, PASTAS OU ARQUIVOS ESPECÍFICOS UTILIZANDO CHIP TPM COM GERENCIAMENTO CENTRALIZADO E REMOTO. BIOS E SEGURANÇA, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS:</u></b></p> <p>ADAPTADOR DE ENERGIA DA MESMA MARCA DO FABRICANTE DO EQUIPAMENTO, COM TENSÃO DE ENTRADA DE 100-240 VCA, COM SELEÇÃO AUTOMÁTICA DE TENSÃO E POTÊNCIA DE WATTS COMPATÍVEIS; O EQUIPAMENTO DEVE ACOMPANHAR BATERIA INTEGRADA DO TIPO LI-ION OU LIPO; PORTAS DE COMUNICAÇÃO, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: AS SEGUINTE INTERFACES DEVEM ESTAR INTEGRADAS AO EQUIPAMENTO PELOS NOMES OU RESPECTIVOS SÍMBOLOS: POSSUIR NO MÍNIMO 02 (DUAS) PORTAS USB 3.0, SENDO PELO MENOS UMA NO PADRÃO TIPO-C E 1 (UMA) PORTA USB 2.0. POSSUIR 01 (UMA) PORTA DE VÍDEO INTEGRADA AO EQUIPAMENTO, SENDO DIGITAL HDMI; POSSUIR INTERFACE COMBO DE ÁUDIO COM ENTRADA PARA MICROFONE OU SAÍDA ESTÉREO AMPLIFICADA PARA FONES DE OUVIDO OU ALTO-FALANTES EXTERNOS; POSSUIR 01 (UMA) PORTA RJ-45 DE REDE ETHERNET COM LED DE ATIVIDADE; POSSUIR LEITOR DE SD MEMORY CARD READER INTEGRADO AO EQUIPAMENTO; CONTROLADORA DE ÁUDIO, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: CONTROLADORA DE ÁUDIO DE, NO MÍNIMO 2 (DOIS) CANAIS PADRÃO HDA (HIGH DEFINITION AUDIO); CONVERSOR ESTÉREO DE, NO MÍNIMO 16 BITS (ANALÓGICO PARA DIGITAL E DIGITAL PARA ANALÓGICO). SISTEMA OPERACIONAL, DRIVERS E COMPATIBILIDADE, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: O EQUIPAMENTO DEVERÁ ACOMPANHAR LICENÇA OEM DO SISTEMA OPERACIONAL MICROSOFT WINDOWS 11 PRO 64BITS, OU SUPERIOR, EM PORTUGUÊS DO BRASIL (PT-BR); O SISTEMA OPERACIONAL DEVE ESTAR PRÉ-INSTALADO, BEM COMO, TODOS OS DRIVERS DE ADAPTADORES INTERNOS NECESSÁRIO PARA SEU FUNCIONAMENTO; O FABRICANTE DEVE DISPONIBILIZAR NO SEU RESPECTIVO WEB SITE, DOWNLOAD GRATUITO DE TODOS OEM DO SISTEMA OPERACIONAL MICROSOFT WINDOWS 11 PRO 64BITS, OU SUPERIOR, EM PORTUGUÊS DO BRASIL (PT-BR); O SISTEMA OPERACIONAL DEVE ESTAR PRÉ-INSTALADO, BEM COMO, TODOS OS DRIVERS DE ADAPTADORES INTERNOS NECESSÁRIO PARA SEU FUNCIONAMENTO; O FABRICANTE DEVE DISPONIBILIZAR NO SEU RESPECTIVO WEB SITE, DOWNLOAD GRATUITO DE TODOS OS DRIVERS DE DISPOSITIVOS, BIOS E FIRMWARES PARA O NOTEBOOK OFERTADO NA VERSÃO MAIS ATUAL PARA DOWNLOAD; O FABRICANTE DEVE DISPONIBILIZAR NO SEU RESPECTIVO WEB NOTEBOOK DE FORMA COM PROTEÇÃO ALMOFADADA, OFERTADO E COM COMPARTIMENTO EXTRA PARA OUTROS OBJETOS. ACESSÓRIOS, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: O CABO DE FORÇA DEVERÁ ESTAR DE ACORDO COM A EXIGÊNCIA DA NOVA NORMA DO INMETRO NBR 14136 DEVEM SER FORNECIDOS JUNTO COM O EQUIPAMENTO, TODOS OS ACESSÓRIOS E CABOS NECESSÁRIOS PARA O PLENO FUNCIONAMENTO DO MESMO. GARANTIA, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: O EQUIPAMENTO DEVE POSSUIR GARANTIA DE 36 (TRINTA E SEIS) MESES. A contratada deverá ter como premissa o fornecimento de equipamentos de excelente qualidade, observando sempre as técnicas, melhores</p>			
---	--	--	--



	práticas e recomendações dos modelos COBIT, ITIL PMBOK, Normas ABNT, ISO Séries 9000,20000 e 27000 e evoluções, transformações ou substituições.			
<b>COTA PRINCIPAL 90% (noventa por cento)</b>				
02	<p><b><u>COMPUTADOR (DESKTOP - BÁSICO)</u></b></p> <p>COM PROCESSADOR NO MÍNIMO INTEL CORE I5 10400 OU AMD RYZEN 5 3400G <b>OU SUPERIOR</b>, QUE ATENDA A PONTUAÇÃO MÍNIMA DE 12.000 NO ÍNDICE PASSMARK. <b>PROCESSADOR EM LINHA DE PRODUÇÃO</b>, QUE DEVERÁ FICAR EM VIGOR POR PELO MENOS 90 (NOVENTA) DIAS APÓS A PUBLICAÇÃO DO EDITAL. <b>PROCESSADORES DESCONTINUADOS NÃO SERÃO ACEITO</b>; POSSUIR 1 (UM) SSD DE 240 GIGABYTE; MEMÓRIA RAM DE NO MÍNIMO 16 (DEZESSEIS) GIGABYTES, EM 2 (DOIS) MÓDULOS IDÊNTICOS DE 08 (OITO) GIGABYTES CADA, DO TIPO SDRAM DDR4 - 2.133 MHZ OU SUPERIOR, OPERANDO EM MODALIDADE DUAL CHANNEL; A PLACA PRINCIPAL DEVE TER ARQUITETURA ATX, MICROATX, BTX OU MICROBTX; POSSUIR PELO MENOS 01 (UM) SLOT PCI-EXPRESS 2.0 X 16 OU SUPERIOR; POSSUIR SISTEMA DE DETECÇÃO DE INTRUSÃO DE CHASSIS, COM ACIONADOR INSTALADO NO GABINETE; O ADAPTADOR DE VÍDEO INTEGRADO DEVERÁ SER NO MÍNIMO DE 01 (UM) GIGABYTE DE MEMÓRIA, POSSUIR SUPORTE AO MICROSOFT DIRECTX 10.1 OU SUPERIOR, SUPORTAR MONITOR COM RESOLUÇÃO DE 1920 X 1080P A 60HZ OU SUPERIOR, POSSUIR NO MÍNIMO 02 (DUAS) SAÍDAS DE VÍDEO, SENDO PELO MENOS 01 (UMA) DIGITAL DO TIPO HDMI, DISPLAY</p>		UN	56
	<p>PORT OU DVI; UNIDADE COMBINADA DE GRAVAÇÃO DE DISCO ÓTICO CD, DVD ROM; TECLADO USB , ABNT2, 107 TECLAS (COM FIO) E MOUSE USB, 800 DPI, 2 BOTÕES, SCROLL (COM FIO); FONTE COMPATÍVEL E QUE SUPORTE TODA A CONFIGURAÇÃO EXIGIDA NO ITEM COM CERTIFICAÇÃO MÍNIMA DE 80 PLUS GOLD; <b>MONITOR EM LED DE NO MÍNIMO 21" POLEGADAS (WIDESCREEN 16:9) OU SUPERIOR</b>, RESOLUÇÃO 1600X900P, 60HZ <b>OU SUPERIOR</b>, COM AJUSTE DE ALTURA, INCLINAÇÃO E ROTAÇÃO (90°); INTERFACES DE REDE 10/100/1000 E WI-FI PADRÃO IEEE 802.11 B/G/N; SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS 11 PRO (64 BITS) ORIGINAL MICROSOFT COM CHAVE DE ATIVAÇÃO FIXADA NO GABINETE; GABINETE E PERIFÉRICOS DEVERÃO FUNCIONAR NA VERTICAL OU HORIZONTAL; <b>TODOS OS EQUIPAMENTOS OFERTADOS EM CONJUNTO (GABINETE, TECLADO, MOUSE E MONITOR) DEVERÃO SER DA MESMA MARCA, PARA FINS DE PADRONIZAÇÃO</b>. TODOS OS ITENS DEVEM POSSUIR GRADAÇÕES NEUTRAS DAS CORES PRETA E MANter O MESMO PADRÃO DE COR; <b>TODOS OS COMPONENTES DO PRODUTO DEVERÃO SER NOVOS, SEM USO, REFORMA OU RECONDICIONAMENTO; BIVOLT. GARANTIA MÍNIMA DE 36 MESES ON-SITE. A CONTAR DO RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS EQUIPAMENTOS E DE SEUS ACESSÓRIOS. DEVERÁ ESTAR EM LINHA DE PRODUÇÃO PELO FABRICANTE; KIT MOUSE PAD E APOIO ERGONÔMICO DE TECLADO INCLUSO</b>. A contratada deverá ter como premissa o fornecimento de equipamentos de excelente qualidade, observando sempre as</p>			





	técnicas, melhores práticas e recomendações dos modelos COBIT, ITIL PMBOK, Normas ABNT, ISO Séries 9000,20000 e 27000 e evoluções, transformações ou substituições			
04	<p style="text-align: center;"><b><u>NOTEBOOK</u></b></p> <p>- PROCESSADOR COM TECNOLOGIA DE FABRICAÇÃO DE NO <b><u>MÁXIMO 14 NANÔMETROS</u></b> E DEVERÁ SER DA ÚLTIMA GERAÇÃO DISPONIBILIZADA PELO FABRICANTE DO EQUIPAMENTO; DEVERÁ POSSUIR, NO MÍNIMO <b><u>4 NÚCLEOS E 4 THREADS</u></b>; DEVERÁ POSSUIR, NO MÍNIMO, <b><u>6MB DE MEMÓRIA CACHE</u></b> DEVERÁ ATINGIR ÍNDICE DE, NO MÍNIMO, <b><u>9400 (NOVE MIL E QUATROCENTOS) PONTOS PARA O DESEMPENHO</u></b>, TENDO COMO REFERÊNCIA A BASE DE DADOS <i>PASSMARK CPU MARK</i> DISPONÍVEL NO SITE <a href="http://www.cpubenchmark.net/cpu_list.php">HTTP://WWW.CPUBENCHMARK.NET/CPU LIST.PHP</a>.</p> <p><b><u>MEMÓRIA RAM, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS:</u></b> TIPO <b><u>DDR4</u></b> COM SUPORTE AO BARRAMENTO DE, NO MÍNIMO, 2400 MHZ; POSSUIR NO MÍNIMO <b><u>16 (DEZESSEIS) GB DE MEMÓRIA RAM</u></b>, OPERANDO NO MÍNIMO A 2400 MHZ; O EQUIPAMENTO DEVE POSSUIR <b><u>2 (DOIS) SLOTS SODIMM</u></b> E SUPORTAR EXPANSÃO MÍNIMA DE 32GB. <b><u>CIRCUITOS INTEGRADOS (CHIPSET) E PLACA MÃE, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS:</u></b> PLACA MÃE DA MESMA MARCA DO FABRICANTE DO EQUIPAMENTO E DESENVOLVIDA ESPECIFICAMENTE PARA O MODELO OFERTADO. NÃO SENDO ACEITO PLACAS DE LIVRE COMERCIALIZAÇÃO NO MERCADO; O CHIPSET DEVE SER DA MESMA MARCA/FABRICANTE DO PROCESSADOR DO EQUIPAMENTO; CHIP DE SEGURANÇA TPM VERSÃO 2.0 INTEGRADO PARA CRIPTOGRAFIA ACOMPANHADO DE SOFTWARE PARA CRIPTOGRAFIA DE DADOS, PASTAS OU ARQUIVOS ESPECÍFICOS UTILIZANDO CHIP TPM COM GERENCIAMENTO CENTRALIZADO E REMOTO. <b><u>BIOS E SEGURANÇA, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS:</u></b> PLACA MÃE DA MESMA MARCA DO FABRICANTE DO EQUIPAMENTO E DESENVOLVIDA ESPECIFICAMENTE PARA O MODELO OFERTADO. NÃO SENDO ACEITO PLACAS DE LIVRE COMERCIALIZAÇÃO NO MERCADO; O CHIPSET DEVE SER DA MESMA MARCA/FABRICANTE DO PROCESSADOR DO EQUIPAMENTO; CHIP DE SEGURANÇA TPM VERSÃO 2.0 INTEGRADO PARA CRIPTOGRAFIA ACOMPANHADO DE SOFTWARE PARA CRIPTOGRAFIA DE DADOS, PASTAS OU ARQUIVOS ESPECÍFICOS UTILIZANDO CHIP TPM COM GERENCIAMENTO CENTRALIZADO E REMOTO. <b><u>BIOS E SEGURANÇA, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS:</u></b> ADAPTADOR DE ENERGIA DA MESMA MARCA DO FABRICANTE DO EQUIPAMENTO, COM TENSÃO DE ENTRADA DE 100-240 VCA, COM SELEÇÃO AUTOMÁTICA DE TENSÃO E POTÊNCIA DE WATTS COMPATÍVEIS; O EQUIPAMENTO DEVE ACOMPANHAR BATERIA INTEGRADA DO TIPO LI-ION OU LIPO; PORTAS DE COMUNICAÇÃO, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: AS SEGUINTE INTERFACES DEVEM ESTAR INTEGRADAS AO EQUIPAMENTO</p>		UN	20
	PELOS NOMES OU RESPECTIVOS SÍMBOLOS: POSSUIR NO MÍNIMO 02 (DUAS) PORTAS USB 3.0, SENDO PELO MENOS UMA NO PADRÃO TIPO-C E 1 (UMA) PORTA USB 2.0. POSSUIR 01 (UMA) PORTA DE VÍDEO INTEGRADA AO EQUIPAMENTO, SENDO DIGITAL HDMI; POSSUIR INTERFACE COMBO DE ÁUDIO COM ENTRADA PARA MICROFONE OU SAÍDA ESTÉREO AMPLIFICADA PARA FONES DE OUVIDO OU ALTO-FALANTES EXTERNOS; POSSUIR 01 (UMA) PORTA RJ-45 DE REDE			



<p>ETHERNET COM LED DE ATIVIDADE; POSSUIR LEITOR DE SD MEMORY CARD READER INTEGRADO AO EQUIPAMENTO; CONTROLADORA DE ÁUDIO, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: CONTROLADORA DE ÁUDIO DE, NO MÍNIMO 2 (DOIS) CANAIS PADRÃO HDA (HIGH DEFINITION AUDIO); CONVERSOR ESTÉREO DE, NO MÍNIMO 16 BITS (ANALÓGICO PARA DIGITAL E DIGITAL PARA ANALÓGICO). SISTEMA OPERACIONAL, DRIVERS E COMPATIBILIDADE, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: O EQUIPAMENTO DEVERÁ ACOMPANHAR LICENÇA OEM DO SISTEMA OPERACIONAL MICROSOFT WINDOWS 11 PRO 64BITS, OU SUPERIOR, EM PORTUGUÊS DO BRASIL (PT-BR); O SISTEMA OPERACIONAL DEVE ESTAR PRÉ-INSTALADO, BEM COMO, TODOS OS DRIVERS DE ADAPTADORES INTERNOS NECESSÁRIO PARA SEU FUNCIONAMENTO; O FABRICANTE DEVE DISPONIBILIZAR NO SEU RESPECTIVO WEB SITE, DOWNLOAD GRATUITO DE TODOS OEM DO SISTEMA OPERACIONAL MICROSOFT WINDOWS 11 PRO 64BITS, OU SUPERIOR, EM PORTUGUÊS DO BRASIL (PT-BR); O SISTEMA OPERACIONAL DEVE ESTAR PRÉ-INSTALADO, BEM COMO, TODOS OS DRIVERS DE ADAPTADORES INTERNOS NECESSÁRIO PARA SEU FUNCIONAMENTO; O FABRICANTE DEVE DISPONIBILIZAR NO SEU RESPECTIVO WEB SITE, DOWNLOAD GRATUITO DE TODOS OS DRIVERS DE DISPOSITIVOS, BIOS E FIRMWARES PARA O NOTEBOOK OFERTADO NA VERSÃO MAIS ATUAL PARA DOWNLOAD; O FABRICANTE DEVE DISPONIBILIZAR NO SEU RESPECTIVO WEB NOTEBOOK DE FORMA COM PROTEÇÃO ALMOFADADA, OFERTADO E COM COMPARTIMENTO EXTRA PARA OUTROS OBJETOS. ACESSÓRIOS, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: O CABO DE FORÇA DEVERÁ ESTAR DE ACORDO COM A EXIGÊNCIA DA NOVA NORMA DO INMETRO NBR 14136 DEVEM SER FORNECIDOS JUNTO COM O EQUIPAMENTO, TODOS OS ACESSÓRIOS E CABOS NECESSÁRIOS PARA O PLENO FUNCIONAMENTO DO MESMO. GARANTIA, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: O EQUIPAMENTO DEVE POSSUIR GARANTIA DE 36 (TRINTA E SEIS) MESES. A contratada deverá ter como premissa o fornecimento de equipamentos de excelente qualidade, observando sempre as técnicas, melhores práticas e recomendações dos modelos COBIT, ITIL PMBOK, Normas ABNT, ISO Séries 9000,20000 e 27000 e evoluções, transformações ou substituições.</p>			
---	--	--	--

1.7 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1746, de 2022.

1.8 O prazo de vigência da contratação é de IMEDIATO, tendo em vista o prazo assinalado como garantia, contados da assinatura do contrato ou emissão de empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.9 Trata-se de Serviço/aquisição de bem comum, a ser contratado(a) mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO(art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).



2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

**3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)**

3.1 A solução fora analisada e se encontra pormenorizada nos Estudos Técnicos Preliminares ( Anexo II). Diante do objetivo a ser alcançado, que é o fornecimento de computadores e notebooks, a opção mais adequada se encontra em se fazer através de Pregão Eletrônico. Utilizando o critério de julgamento menor preço unitário por item, além de cumprir o dispositivo constitucional constante no art. 37, caput e inciso XXI da CF/88.

**4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21).**

4.1. A aquisição deverá observar os seguintes requisitos:

4.2. Como descrito no ETP deverá ser observado pelo licitante que os produtos deverão ser nacionais e com baixo impacto sobre recursos naturais coo flora, fauna, ar, solo e água nos termos do artigo 4º, do decreto federal nº 7.746/2012, que especificou as práticas sustentáveis que devem ser observadas quando da realização das licitações e contratações por parte da Administração Pública.

4.3. Pela requisição da unidade requisitante, na presente contratação não será admitida a indicação de marcas nos termos do artigo 41, inciso I da Lei 14.133/2021;

4.4. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual;

4.5. Não haverá exigência da garantia da contratação nos termos dos artigos 96 e seguintes da Lei 14.133/2021;

4.6. Não será exigida a apresentação de amostra.

4.7. Da exigência de carta de solidariedade:

4.7.1 Em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

4.8 Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21

**5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (arts. 6º, XXIII, alínea "e" e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).**

*5.1 O prazo de entrega/execução é de imediato 30 (trinta) dias(úteis), contados do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho, Autorização de fornecimento ou documento equivalente.*

*5.2 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 7 (sete) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.*



5.3 Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Alameda Eduardo Guinle, 137 – Centro – Cep: 28.625-130. De seg. a sex. das 09:00h às 17:00h.

5.4 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 2(dois) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.5 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 3(três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.6 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 3(três) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

5.7.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

5.9 O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.9.1.1 A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.9.1.2 A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.9.1.3 Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.9.1.4 As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.9.1.5 Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 7 (sete) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.





5.9.1.6 O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.9.1.7 Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.9.1.8 Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.9.1.9 O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.9.1.10 A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21).**

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.3 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

6.3.1 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.3.2 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.3.3 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou



incorrções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.3 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.4 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

6.5 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.6 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.7 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.8

6.8 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

6.9 O acompanhamento, a gestão e a fiscalização da contratação serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma do disposto no capítulo VI do título III da Lei Federal nº14.133/21.

6.10 Para o acompanhamento, gestão e fiscalização da execução do presente contrato, serão designados em momento posterior, antes da execução do objeto, agentes públicos gestor/gestor substituto e fiscal/ fiscal substituto.

6.12 O(s) fiscal(is) do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

6.13 O(s) fiscal(is) designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

6.14 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

6.15 A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão.



6.16 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

6.16.1 Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da realização dos serviços licitados;

6.16.2 Efetuar os pagamentos devidos, nos prazos estabelecidos, à contratada;

6.16.3 Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

6.16.4 Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei nº14.133/21, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'g', da Lei nº 14.133/2021)**

7.1 A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome de: Fundo Municipal de Assistência Social, CNPJ:07.293.841/0001-83, ENDEREÇO: Alameda Eduardo Guinle, 137 – Centro – Cep: 28.625-130.

7.2 Todos os materiais deverão ser entregues à Secretaria Municipal de Assistência Social, situada em: Alameda Eduardo Guinle, 137 – Centro – Cep: 28.625-130. *De seg. a sex. das 09:00h às 17:00h.*

7.3 Da liquidação da despesa:

7.3.1 A liquidação será realizada pela Secretaria de Fazenda, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 2493, de 07 de novembro de 2023, [https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9\\_64\\_Legislacoes.html](https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html).

7.3.2 Deverá ser observado no momento da emissão do Documento Fiscal e na liquidação da despesa os dispositivos do Decreto Municipal nº2480/2023, o qual dispõe sobre a arrecadação do Imposto de Renda incidente na fonte de que trata o art. 157, inciso I, da Constituição Federal, nos pagamentos a pessoas jurídicas efetuados por órgãos, Fundos e Fundação instituída e mantida pelo Município, observando ainda as regras aplicáveis ao Imposto de Renda incidente na fonte estabelecidas pelo art. 64 da Lei Federal nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012. [https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9\\_64\\_Legislacoes.html](https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html)

7.4 Do pagamento da despesa:

7.4.1 O pagamento será efetuado conforme estabelecido no Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

Negativa de Débitos Trabalhistas; Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais; FGTS; PGE – referente à Dívida Ativa Estadual; Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa; Estadual CND – referente ao ICMS.

7.4.2 A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;



7.4.3 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (s), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

7.4.4 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

7.4.5 O pagamento será efetuado pelo Município de Nova Friburgo mediante crédito em conta-corrente da contratada, até o 30º (trigésimo) dia corrido, a contar da atestação da Nota Fiscal apresentada pela contratada, desde que cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas, e de acordo com o Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)**

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório, com fundamento na hipótese do art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

8.2 Na fase de habilitação da empresa, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.3 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.4 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.5 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.6 O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.7 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.8 É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.



8.9 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.10 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.11 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

**8.12 Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:**

**8.12.1 Habilitação Jurídica:**

a – Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b - Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

c - Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

d - Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

e - Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

f - Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

g - Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

h - Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou,





devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

i - Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

j - Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

k - Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **8.12.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

8.12.2.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.12.2.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.12.2.3 - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.12.2.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, e da Certidão da Dívida Ativa Municipal comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei;

8.12.2.5 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (ICMS) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e da Certidão da Dívida Ativa Estadual comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), tal (ais) como certidão (ões) positiva(s), com efeito, de negativa(s), na forma da lei;

8.12.2.6 - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual, Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.12.2.7 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal



do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.12.2.8 - Prova De Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal –CEF.

8.12.2.9 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

**8.13 - Dos benefícios fiscais da ME'S, EPP'S e EQUIPARADAS na fase de habilitação:**

8.13.1 - A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato ou retirada de nota de empenho, no entanto, por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para tanto, mesmo que esta apresente alguma restrição;

8.13.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou o menor preço no certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

8.13.3 - Falta de regularização da documentação no prazo estabelecido neste edital implicará a decadência do direito à contratação e a aplicação de sanção administrativa, conforme previsto neste edital e na Lei 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação, cancelar o item ou revogar a licitação.

**8.14 Habilitação Econômico-Financeira:**

8.14.1 - Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.14.2 - Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, há menos de 90 (noventa) dias da data da licitação, exceto quando dela constar o prazo de validade. - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.14.3 - Para a licitante sediada na Cidade de Nova Friburgo, esta prova será feita mediante apresentação de certidão emitida pelo único Distribuidor Oficializado desta Comarca.

8.14.4 - A licitante, sediada em outra comarca ou estado da federação, poderão apresentar, juntamente com as certidões exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede ou qualquer outro



documento idôneo que indique os cartórios ou escritórios de registro que controlam a distribuição dos pedidos de falências e concordatas. A declaração poderá ser solicitada como documento complementar pelo pregoeiro.

8.14.5 - No caso de as certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de falência ou recuperação judicial, a empresa deverá apresentar a certidão emitida pelo foro competente, informando em que fase se encontra o feito em juízo.

8.14.6 - Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

8.14.7 - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.14.8 - Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{aligned}$$

8.14.9 - Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.14.10 - Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.14.11 - Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação ou valor total estimado da parcela pertinente.

8.14.12 - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.14.13 - O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.



**8.15 Qualificação Técnica:**

8.15.1 - Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.15.2 - Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.15.2.1 – Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

8.15.2.2 - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.15.2.3 - O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.15.3 - Os atestados deverão conter uma descrição detalhada dos equipamentos e eletrodomésticos fornecidos, incluindo marca, modelo, e demais características técnicas que sejam pertinentes. A documentação deve evidenciar que os produtos entregues pelo fornecedor atenderam plenamente às exigências contratuais, quanto à qualidade e conformidade técnica.

8.15.4 - Deverá ser comprovado que o fornecedor cumpriu os prazos de entrega estabelecidos nos contratos anteriores, bem como que atuou em conformidade com as normas regulamentares aplicáveis ao objeto da contratação. O histórico de desempenho em relação à pontualidade e à observância de padrões técnicos será considerado na avaliação da qualificação técnica.

8.15.5 - O fornecedor deve demonstrar capacidade operacional e logística adequada para a entrega dos produtos nos prazos e locais estipulados no contrato. A existência de uma estrutura logística eficiente, que permita o cumprimento de eventuais demandas em condições similares às previstas neste Termo de Referência, será um critério relevante para a qualificação.

8.15.6 - A empresa fornecedora deve contar com equipe técnica qualificada para prestar o suporte necessário na entrega e instalação (se aplicável).



## **9. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES:**

### **9.1 Da Contratada:**

- a) atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;
- b) ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- c) responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;
- d) reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;
- e) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;
- f) apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;
- g) não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços;
- h) manter, durante a vigência do contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;
- i) a estender aos contratos objeto da Ata, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;
- j) responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- k) responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- l) mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;
- m) manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;

### **9.2 Da Contratante:**

- a) comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;
- b) efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;
- c) promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- d) rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;
- e) observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;





- f) aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- g) prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
- h) demais condições constantes do edital de licitação;

## **10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

10.1 O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 14.133/21.

10.1.1 Comete infração administrativa a contratada que:

10.1.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;

10.1.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.1.3 dar causa à inexecução total do contrato;

10.1.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

10.1.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.1.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

10.1.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

10.1.1.9 fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.1.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.1.1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.1.1.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

10.3 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

10.3.1 advertência;

10.3.2 multa;

10.3.3 impedimento de licitar e contratar;

10.3.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.4 compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

10.5 compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;



10.6 moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

10.7 moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

10.8 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

10.10 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

10.11 As sanções previstas nos itens 10.3.1, 10.3.3 e 10.3.4 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no item 10.3.2, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

10.12 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 14.133/21.

#### **11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'I', da Lei nº 14.133/2021).**

11.1 O custo estimado total da contratação é de **R\$ 317.077,24 (trezentos e dezessete mil, setenta e sete reais e vinte e quatro centavos)**, conforme custos unitários apostos na planilha orçamentária (Anexo II) anexado aos autos.

#### **12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'J', da Lei nº 14.133/2021).**

12.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, na forma abaixo:

<i><b>Órgão/Unidade Orçamentária</b></i>	<i><b>Programa de Trabalho</b></i>	<i><b>Fonte de Recursos</b></i>	<i><b>Natureza da Despesa</b></i>
<b>Gestão</b>	<b>36.001.041220001.2.002</b>	<b>1660</b>	<b>4.4.9.0.52.01</b>
<b>Gerência de Proteção Básica (CRAS)</b>	<b>36.001.082440097.2.232</b>	<b>1660</b>	<b>4.4.9.0.52.01</b>
Gerência de Proteção Básica (C. Convivência)	36.001.082.440093.2.231	1661	4.4.9.0.52.01
Gerência de Proteção Especial (C. Tutelares I - II)	36.001.081.220.001.2.051	1500	4.4.9.0.52.01
Gerência de Proteção Especial (Caivs)	36.001.082.440094.2.238	1660	4.4.9.0.52.01



Gerência de Proteção Especial (Crem)	11.001.082440020.2.054	1501	4.4.9.0.52.01
Gerência de Proteção Especial (Creas)	36.001.082440095.2.244	1660	4.4.9.0.52.01
Gerência de Proteção Especial (Lgbtqia+)	11.001.082440020.2.055	170500000020/1501	4.4.9.0.52.01
Gerência de Proteção Especial (Centro Pop)	36.001.082440094.2.242	1500	4.4.9.0.52.01

### 13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Termo de referência elaborado por esta subscritora auxiliada pela equipe técnica de manutenção desta Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos.

Nova Friburgo/RJ, 08 de setembro de 2025.

Elaboradora do TR segundo dados fornecidos pelas unidades requisitantes no DFD:	APOIO TÉCNICO, UNIDADE REQUISITANTE
<p>_____ Ana Caroline Lima Souza Supervisora Nível Básico I de Apoio Administrativo Mat. 63.448</p> <p>_____ Amélia Cristina Domingues Fernandes Subsecretária de Políticas Sociais e Direitos Humanos Mat. 115.162</p>	<p>_____ Edilene Gorete Torres Laett Gerente de Proteção Social Básica Mat. 63.360</p> <p>_____ Rosângela Caterina Cassano Gerente de Proteção Social Especial Mat. 199.059</p>

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como autorizo **O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

Ciente, de acordo:

\_\_\_\_\_  
**Yuri Guimarães Felisberto Bezerra**  
Secretário de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos  
**Mat: 100.518**